



AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – AMT
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO

DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)

I
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao provimento de vagas para cargos de nível superior, nível médio e nível fundamental do quadro de pessoal da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes - AMT do Município de Ji-Paraná/RO, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no EDITAL Nº 01 DE 25 DE SETEMBRO DE 2020.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
158000022	Gilvan Cipriano Lopes Soares	Agente Administrativo
158000052	Lis Nathiely Almeida Da Silva	Agente Administrativo
158000060	Gilberto Francisco De Paula Junior	Agente Administrativo
158000072	Sara Melo Gouveia	Agente Administrativo
158000158	Maria Aparecida Fritz De Alencar	Agente Administrativo
158000740	Ismael Josue Hottes	Agente Administrativo
158000758	Leandro Da Silva Lima	Agente Administrativo
158001221	Osvaldo Henrique Cardoso Preato	Agente Administrativo
158001549	Lucas Benício De Oliveira Brito	Agente Administrativo
158001819	Ailton Da Silva Marques	Agente Administrativo
158002084	Vitória Rodrigues Leonardo	Agente Administrativo
158002475	Romario Da Silva Elias	Agente Administrativo
158003110	Shirley Barros De Sales	Agente Administrativo
158003180	Aline Fernanda Miranda Alves	Agente Administrativo
158003515	Ivan Mauricio Almeida De Sousa	Agente Administrativo
158003708	Gessica Reina Carvalho	Agente Administrativo
158003913	Andre Manoel Da Silva	Agente Administrativo
158004267	Elisangela Nogueira Storque	Agente Administrativo
158004275	Maysa Tavares Ponti Belizario	Agente Administrativo
158004966	Daiane Veloso Da Silva	Agente Administrativo
158006333	Mateus Martins Vassoler	Agente Administrativo
158006569	Miriam Dos Santos Queirós	Agente Administrativo
158000048	Lis Nathiely Almeida Da Silva	Agente de Trânsito
158000101	Dinário Pereira Júnior	Agente de Trânsito

Inscrição	Nome	Cargo
158000291	Vanessa Ferreira Vilete	Agente de Trânsito
158001616	Joacir Santana Dos Santos Junior	Agente de Trânsito
158002474	Romario Da Silva Elias	Agente de Trânsito
158003644	César Oliveira De Souza	Agente de Trânsito
158004481	Diones Soares Andreoli	Agente de Trânsito
158006334	Mateus Martins Vassoler	Agente de Trânsito
158006723	Thais Vieira Rocha	Agente de Trânsito
158000299	Lucia Momo Vicentin	Agente de Transportes
158000859	Kesia Domingos Pereira	Agente de Transportes
158001617	Joacir Santana Dos Santos Junior	Agente de Transportes
158001772	Shirey Rodrigues Ramos	Agente de Transportes
158002227	Washington Andrade Pinho	Agente de Transportes
158005115	Vanda Luiza Rosa Pereira De Brito	Agente de Transportes
158005310	Flávia De Almeida Nicolau	Agente de Transportes
158005937	Deysimara Matos Dos Santos	Agente de Transportes
158006058	Bruna Lopes Da Silva	Agente de Transportes
158006268	Seixas Marques De Lima	Agente de Transportes
158007156	Eduardo Bruno Pantoja Lima	Agente de Transportes
158003344	Cleuza De Andrade Veloso Dos Santos	Assessoria Contábil
158004799	Bruna Franciely Gomes Luna	Assessoria Contábil
158005205	Milene Telles De Souza	Assessoria Contábil
158006089	Sabrina De Paula Da Cunha	Assessoria Contábil
158006821	Aleyce Tayne De Oliveira Baquer	Assessoria Contábil
158006940	Gesuel De Souza Fonseca	Assessoria Contábil
158003024	Evandro Nardi Trindade	Assessoria de Controle Interno
158005325	Regian Alves De Souza	Assessoria de Controle Interno
158006090	Sabrina De Paula Da Cunha	Assessoria de Controle Interno
158006994	Sabrina Alves Do Nascimento	Assessoria de Controle Interno
158001300	Simone Figueiredo Varges	Auxiliar Administrativo
158005742	Nilva Gonçalves Moreira	Auxiliar Administrativo
158001213	Whelison Diorgines Brito De Souza	Eletrotécnico
158001872	Marlon Diego Nunes	Eletrotécnico
158002970	Vinícius Adami Pereira	Motorista
158006306	Diego Eduardo Lopes	Motorista

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente Administrativo

Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que os termos e as orações que compõem o período em questão sejam

reorganizados, a fim de eliminar a obrigatoriedade da vírgula. De acordo com os princípios sintáticos, a vírgula é usada para ordenar os termos numa oração ou explicitar relações sintáticas estabelecidas entre orações. Sendo assim, para eliminar o uso da vírgula, basta colocar os termos de cada oração na ordem direta e anteceder a oração principal à oração subordinada adverbial temporal. **Na alternativa A**, a oração subordinada adverbial temporal antecede a oração principal, caso obrigatório de uso da vírgula (Quando o Dagen H finalmente chegou, parecia ter valido a pena o trabalho árduo). **Na alternativa B**, o uso da vírgula torna-se obrigatório, pois a oração subordinada adverbial temporal está intercalada aos termos da oração principal (Parecia ter valido a pena, quando o Dagen H finalmente chegou, o trabalho árduo). **Na alternativa C**, além da oração subordinada adverbial anteceder a oração principal, também houve inversão entre os termos da oração principal, mas a obrigatoriedade da vírgula decorre da mesma norma explicitada para a alternativa B (Quando o Dagen H finalmente chegou, o trabalho árduo parecia ter valido a pena). **Na alternativa D**, nota-se que a oração principal “o trabalho árduo parecia ter valido a pena” está na ordem direta (o sujeito antecede o verbo e o complemento) e antecede a oração subordinada adverbial temporal, o que elimina a obrigatoriedade da vírgula. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja indicada a alternativa que analise, de acordo com o texto, o empreendimento sueco de alterar a direção do fluxo do tráfego no país. **Na alternativa A**, sugere-se que “o empreendimento do governo sueco, nos anos finais da década de 60, de alterar a direção do fluxo do tráfego correspondeu às expectativas de diminuir o número de acidentes de trânsito, já que o número de mortos e feridos em acidentes não voltou a subir no país”. Esta afirmação não está de acordo com o texto, porque, em três anos e com o aumento do número de veículos circulando, os números voltaram a subir (“Levou mais de três anos até que as taxas de acidentes e mortes retornassem aos seus níveis originais, período em que o número de carros continuou a aumentar rapidamente em todo país.”). **Na alternativa B**, sugere-se que “o empreendimento do governo sueco, nos anos finais da década de 60, de alterar a direção do fluxo do tráfego diminuiu o número de acidentes de trânsito, principalmente, porque todos os municípios suecos investiram bastante nas novas sinalizações que passaram a indicar a mudança de mão”. Esta afirmativa também não está correta, porque o principal fator, de acordo com o texto, para a diminuição do número de acidentes de trânsito foi a “cautela extra adotada pelos suecos”, como se pode ler no segundo período do décimo primeiro parágrafo. **Na alternativa C**, sugere-se que “o empreendimento do governo sueco, nos anos finais da década de 60, de alterar a direção do fluxo do tráfego só foi possível de ser implementado, porque a população sueca é conformista e não dispõe do discernimento necessário para avaliar os prejuízos e benefícios de qualquer proposta do governo.”. Esta afirmação extrapola as informações fornecidas no texto. Ela poderia resultar de uma leitura interpretativa equivocada do último parágrafo do texto, onde a repórter cita uma explicação do historiador econômico Lars Magnusson. **Na alternativa D**, sugere-se que “o empreendimento do governo sueco, nos anos finais da década de 60, de alterar a direção do fluxo do tráfego apresentou dificuldades para ser implementado, mas trouxe benefícios, sendo considerado promissor, porque os protagonistas dessa mudança souberam planejar e convencer a população da importância dela para uma melhora do tráfego no país.”. Esta alternativa está de acordo com o texto. Nela há uma síntese de como foi planejado e desenvolvido o empreendimento sueco de alterar o fluxo do tráfego para a mão direita. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- _____. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Questão: 08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar as proposições relacionadas a forma e a combinação do adjetivo “necessários”, destacado no enunciado. **Alternativa A:** Ela [a palavra] está flexionada no masculino plural (“necessários”), porque vem sucedida pela preposição “para”. Esta justificativa está relacionada ao uso da expressão “é necessário”, portanto, não se aplica a esse caso. **Alternativa B:** Ela [a palavra] deveria estar flexionada no feminino, plural (necessárias), para concordar com o gênero do substantivo mais próximo (“logística”). Esta proposição contraria a regra de concordância entre substantivos que formam uma série com um único adjetivo. De acordo com a regra, o adjetivo pode concordar com todos os substantivos, sendo flexionado no plural, caso tenha um substantivo masculino, o adjetivo deve ficar no masculino plural. **Alternativa C:** Se ela [a palavra] estivesse flexionada no feminino singular (necessária), a característica expressa seria atribuída apenas ao substantivo mais próximo (“logística”). Esta proposição também contraria a regra de concordância nominal aplicável a este caso, porque, mesmo concordando com o substantivo feminino mais próximo, a característica expressa pelo adjetivo se aplica a todos os substantivos da série. **Alternativa D:** Ela [a palavra] poderia estar flexionada no feminino singular (necessária), concordando com o gênero do substantivo mais próximo (“logística”), mas expressando uma característica para ambos (“planejamento” e “logística”). Esta proposição está correta, já que essa é uma outra forma de fazer a concordância entre uma série de substantivos com um adjetivo, a fim de expressar a característica do adjetivo para todos os substantivos. Sendo assim, apenas o que se afirma na alternativa D atende ao comando desta questão.

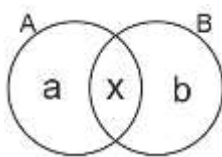
Fontes:

- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado traz consigo um Diagrama de Venn que deixa evidente o entendimento de que a categoria AB é dada pela interseção dos conjuntos A e B. Dessa forma, pode-se concluir que a informação do enunciado é válida, uma vez que os valores podem ser obtidos através de um sistema de equações que relaciona os números a, b e x, conforme resolução abaixo:



- “[...] número de alunos da categoria B equivale ao dobro do número de alunos que irão obter exclusivamente a categoria A.”, significa que: $b + x = 2a$;
- o total de alunos é 45, implica que: $a + b + x = 45$;
- e como os alunos da categoria AB são 5, fica $x = 5$. Logo:

$$\begin{cases} b + x = 2a \\ a + b + x = 45 \end{cases}$$

$$2a + a = 45$$

$$3a = 45$$

$$a = 15$$

Sendo “a” o número de alunos que irão obter exclusivamente a categoria A, “b” o número de alunos que irão obter exclusivamente a categoria B e “x” os alunos que irão obter ambas (conjunto AB), ratifica-se as informações do enunciado:

$n(B) = b + x = 25 + 5 = 30$ e é o dobro de a (que vale 15).

Portanto, o número de alunos que obterão a categoria A ($a + x$) é igual a 20

Mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: Dante, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações: ensino médio** / Luiz Roberto Dante. – 3. ed. -- São Paulo: Ática, 2016.

Questão: 14

Recurso Procedente. Questão anulada.

Pela falta de valores que instituem uma resposta possível, a questão foi anulada.

Fonte: Dante, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações: ensino médio** / Luiz Roberto Dante. – 3. ed. -- São Paulo: Ática, 2016.

Questão: 15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão pediu a PENÚLTIMA placa. Dessa forma, tem-se que o valor desta placa será: $4572 + 6 \cdot 18 = 4680$. Conforme gabarito preliminar.

Fonte: Dante, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações: ensino médio** / Luiz Roberto Dante. – 3. ed. -- São Paulo: Ática, 2016.

Questão: 19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o canal da Mancha, este considerado o canal marinho mais movimentado do mundo, que liga a cidade de Dover (Inglaterra) e Calais (França) é o local por onde circula a maior parte das embarcações. Portanto a questão está em conformidade com o conteúdo programático pois versa sobre: relações internacionais e economia a nível internacional. No comando da questão, solicita-se que marque a alternativa INCORRETA, sendo o gabarito correto a alternativa A) Historicamente, favoreceu as invasões das tropas de Napoleão a Inglaterra e, ainda, dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Tal alternativa se torna INCORRETA uma vez que, o Canal da Mancha serviu de barreira de proteção, beneficiando a Inglaterra contra as invasões das tropas de Napoleão e ainda, dos Nazistas durante a segunda guerra mundial. Em relação a alternativa D) Sua travessia a nado é bem famosa. Todo nadador de resistência almeja fazer essa aventura. O primeiro sul-americano a realizar essa aventura foi o brasileiro Abílio Couto, em 1958. Precursor da natação de águas abertas no Brasil, ele levou 12 horas e 45 minutos para completar. Tal alternativa está correta por se tratar de fato histórico e homologado. O Comando da questão é claro em solicitar informações em relação ao canal da Mancha, não tendo como alternativas informações que possam ser meramente suposições, já que tal aventura é almejada por nadadores com resistência.

Fontes:

- https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1056/1_480273.pdf
- <https://www.todamateria.com.br/canal-da-mancha/>
- <https://www.hipercultura.com/canal-da-mancha/>
- <https://globoesporte.globo.com/sp/ribeirao-preto-e-regiao/natacao/noticia/primeira-travessia-do-canal-da-mancha-feita-por-um-sul-americano-faz-60-anos.ghtml>

Questão: 21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal não merece prosperar, uma vez que, de acordo com o artigo 12, § 4º, da Constituição Federal, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e/ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis; que é o caso de Carlos.

Questão: 23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal afirma que o assunto abordado pela questão trata-se de “*conteúdo para prova de nível superior e não médio, haja visto ser conteúdo de Direito Penal*”; contudo, não merece guarida, pois a questão aborda os artigos 20 e 73 do Código Penal e o Edital traz em seu conteúdo programático no campo destinado à Legislação: “Código Penal: Artigos. 12 a 326”, deste modo a questão encontra-se amparada pelo Edital.

Fontes:

- Código Penal - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- Edital nº 01 de 25 de setembro de 2020

Questão: 24

Recurso Procedente. Questão anulada.

As razões recursais sustentam que a questão possui duas alternativas corretas, o que lhes assiste razão. De acordo com o artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, esta lei poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara, ou do Prefeito. A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, dois terços dos votos dos membros da Câmara e a emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem. Deste modo, restam corretas as alternativas A e B, portanto, a questão foi anulada.

Fonte: Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que existe duas alternativas corretas, sendo as alternativas A e C, contudo, não assiste razão, pois a alternativa A afirma que “*É vedado o fornecimento de informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem da pessoa*”. O artigo 31 da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) deixa claro que existe a possibilidade de divulgação ou acesso por terceiros de tais informações, a saber:

“Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

(...)

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.”

Sendo assim, apenas a alternativa C está correta.

Fonte: Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação)

Questão: 29**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta a razão recursal que na questão de número 29 existe mais de uma resposta correta e apontam que a alternativa “C” estaria correta, uma vez que a modalidade de correspondência conhecida como SEDEX também é um serviço postal muito utilizado pelas organizações. Assim, tendo em vista as razões apresentadas, cumpre-nos informar que na questão de nº 29, a única alternativa a ser assinalada é a letra “C”, uma vez que apesar do SEDEX ser considerado uma modalidade de expedição de correspondências, a definição apresentada na alternativa está incorreta. O SEDEX não é somente uma modalidade “internacional” para a expedição de correspondências, pelo contrário, a mesma é uma modalidade postal utilizada, sobretudo, no território nacional. A modalidade de correspondências expressa para a entrega de documentos e mercadorias para outros países é conhecida como EMS – Express Mail Service. Portanto, diante das explicações apresentadas, mantém-se gabarito oficial da questão.

Fontes:

- Manual de Serviços Postais. EBSEH/ Ministério da Educação, Junho de 2018. / http://arquivo.iec.gov.br/?page_id=72.
- CORREIOS. www.correios.com.br

Questão: 33**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão atende ao conteúdo programático divulgado no edital, como discriminado a seguir:

AGENTE ADMINISTRATIVO Noções de rotinas financeiras. Conceito de Contabilidade Pública/Regimes Contábeis, conceito, **princípios**, regime de caixa e regime de competência/ Orçamento Público, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamentos Anuais, Princípios Orçamentários (programação, unidade, universalidade, anuidade, exclusividade, clareza e equilíbrio)/ Despesa Pública, conceito, classificação (despesa orçamentária e despesa extraorçamentária).

Fonte: Edital do concurso

Questão: 35**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta o conceito de despesa extra orçamentária, que de acordo com os autores Nascimento e Cherman (2007) “*são aquelas despesas não previstas no orçamento que constitui devolução da receita extra-orçamentária (Exemplo: depósitos, cauções, etc.)*”. Consideram ainda que são todos os dispêndios financeiros que não foram autorizados pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Com essa característica a resposta seria a alternativa que contempla o conceito de despesa extraorçamentária.

Fonte: NASCIMENTO, Leonardo e CHERMAN, Bernardo – Contabilidade Pública – Rio de Janeiro – Editora Ferreira – 2007 – Pág.38

Questão: 36**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

Para se maximizar uma tela, no Word 2013, esta precisa estar minimizada, e o atalho refere-se ao aplicativo Microsoft Word 2013.

CTRL + F10 = No Word 2013 tem a função de Maximizar a janela da tela.

Fonte: Fundação Bradesco – Word 2013 Básico: Para pessoas com deficiência visual. – Disponível em: <<http://www.fundacaobradesco.org.br/vv-apostilas/pdf/word13.pdf>> - Acesso em: 21 Abr. 2020. – Pág.: 15.

Questão: 39**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

A exclusão do conteúdo de uma célula não elimina a formatação da célula, isso significa que a formatação da célula se mantém, dados são apagados, mas o formato definido, este continua.

Fonte: FRYE, C. – Microsoft Excel 2016: passo a passo – Porto Alegre: Bookman, 2016. – Págs.: 110, 111, 112 e 122.

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente. Não foram encontrados elementos que inviabilizem a questão.

No Microsoft Excel 2016, quando aparece a seguinte situação: [C\$4], significa: Colunas relativas e linhas absolutas.

Fonte: FRYE, C. – Microsoft Excel 2016: passo a passo – Porto Alegre: Bookman, 2016. – Pág.: 84

Cargo: Agente de Trânsito

Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que o sujeito do verbo destacado em “‘A fiscalização ostensiva e educativa fortalece medidas preventivas e de segurança, evitando violações de normas’(...)” (4º§) é composto, pois é ligado pelo conectivo “e”. Logo, o verbo “fortalece” poderia estar no plural e concordar com o objeto direto “medidas preventivas e de segurança”. Porém, esse verbo deverá permanecer no singular para concordar com o sujeito simples “A fiscalização ostensiva e educativa”.

Segundo Cunha e Cintra (2016) e Terra e Nicola (2008), *sujeito* é o ser sobre quem se declara algo. Entre o sujeito e o verbo é estabelecida uma relação de concordância em número e pessoa. Recebe o nome de núcleo do sujeito a palavra que funciona como base do significado e em torno da qual giram as outras. Do ponto de vista morfológico, o núcleo do sujeito pode ser representado por: substantivo, pronome substantivo, numeral substantivo e qualquer palavra substantivada. Sendo assim, o *sujeito simples* apresenta apenas um núcleo. Na questão apresentada, o sujeito do verbo destacado “fortalece” é “A fiscalização ostensiva e educativa”, cujo núcleo é o substantivo “fiscalização”. Embora haja a presença da conjunção/conectivo “e”, ela foi empregada para estabelecer uma ligação entre os adjetivos “ostensiva” e “educativa” que caracterizam o substantivo mencionado e, portanto, não funcionam como núcleos do sujeito.

Fontes:

- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed., Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Gramática de hoje**. São Paulo: Scipione, 2008.

Questão: 11

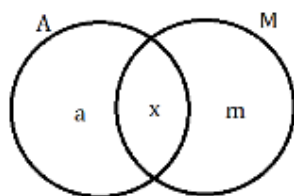
Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso prejudicado por ausência de fundamentação.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Diagrama de Venn para o problema é:



Sendo “a” o número de motoristas exclusivos para automóveis, “m” os exclusivos para motocicleta e “x” os motoristas que dirigem ambos.

Note que a soma desses números deve ser 96 e que a divisão entre os números contidos em A equivale ao triplo dos números contidos em M. Logo:

$$\begin{cases} a + 12 + x = 96 \\ \frac{a + x}{12 + x} = 3 \end{cases}$$

$$x = \frac{a}{2} - 18$$

$$a + 12 + \frac{a}{2} - 18 = 96$$

$$a = 68$$

$$m = 12$$

$$x = 16$$

Com isso conclui-se que 16 motoristas dirigem ambos os veículos, 68 dirigem apenas automóveis e 12 dirigem apenas motocicletas.

Observe, ainda, que o número de motoristas de automóveis é $68 + 16 = 84$ e que o número de motoristas de motocicletas é 28, sendo que 84 é o triplo de 28.

Portanto, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: Dante, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações: ensino médio** / Luiz Roberto Dante. – 3. ed. -- São Paulo: Ática, 2016.

Questão: 22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado e comando da questão existe apenas uma alternativa que responde corretamente o que foi proposto. A questão visa explorar o conhecimento do candidato sobre o alistamento eleitoral e o voto. Portanto, somente a alternativa “A” encontra-se correta, as demais alternativas possuem informações que as tornam totalmente incorretas nos termos da Constituição Federal de 1988.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Questão: 24

Recurso Procedente. Questão anulada.

Nos termos da Lei nº 8.429/92 as afirmativas I (art. 8º caput), II (art. 1ª, Parágrafo único) e III (art. 2º caput) estão corretas, logo, não existe resposta correta para a questão, restando anulada.

Fonte: Lei nº 8.429/92

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático do edital contém os temas: “Desenvolvimento urbano e políticas de transporte e trânsito” e “Planejamento de trânsito e transporte público urbano”. Sendo que, conforme artigo 2º da Lei Municipal nº 3137/17:

*“A Política Municipal de Mobilidade Urbana juntamente com o Plano de Mobilidade Urbana é instrumento do município para orientar as ações no que se refere aos serviços prestados nas diversas **modalidades de transporte de passageiros e de cargas**, motorizados ou não, **organização do sistema viária em seu território urbano e rural**,*

com vistas a atender as necessidades atuais e futuras de mobilidade da população, de **acordo com a Lei Federal n.º 12.587 que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.**”

Sendo que a Lei Federal n.º 12.587 traz, em seu artigo 1º:

“Art. 1º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é instrumento da política de **desenvolvimento urbano** de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município.”

Conclui-se, portanto, que se este é um tema contido no Edital.

Fonte: Lei Federal n.º 12.587 e Lei Municipal nº 3137/17 de Ji-Paraná/RO

Cargo: Agente de Transportes

Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

Questão: 01

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento utilizado para justificar a presença de mais de uma resposta correta não se refere à questão 01, portanto, julga-se este recurso como prejudicado.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja indicada a alternativa que analise, de acordo com o texto, o empreendimento sueco de alterar a direção do fluxo do tráfego no país. **Na alternativa A**, sugere-se que “o empreendimento do governo sueco, nos anos finais da década de 60, de alterar a direção do fluxo do tráfego correspondeu às expectativas de diminuir o número de acidentes de trânsito, já que o número de mortos e feridos em acidentes não voltou a subir no país”. Esta afirmação não está de acordo com o texto, porque, em três anos e com o aumento do número de veículos circulando, os números voltaram a subir (“Levou mais de três anos até que as taxas de acidentes e mortes retornassem aos seus níveis originais, período em que o número de carros continuou a aumentar rapidamente em todo país.”). **Na alternativa B**, sugere-se que “o empreendimento do governo sueco, nos anos finais da década de 60, de alterar a direção do fluxo do tráfego diminuiu o número de acidentes de trânsito, principalmente, porque todos os municípios suecos investiram bastante nas novas sinalizações que passaram a indicar a mudança de mão”. Esta afirmativa também não está correta, porque o principal fator, de acordo com o texto, para a diminuição do número de acidentes de trânsito foi a “cautela extra adotada pelos suecos”, como se pode ler no segundo período do décimo primeiro parágrafo. **Na alternativa C**, sugere-se que “o empreendimento do governo sueco, nos anos finais da década de 60, de alterar a direção do fluxo do tráfego só foi possível de ser implementado, porque a população sueca é conformista e não dispõem do discernimento necessário para avaliar os prejuízos e benefícios de qualquer proposta do governo.”. Esta afirmação extrapola as informações fornecidas no texto. Ela poderia resultar de uma leitura interpretativa equivocada do último parágrafo do texto, onde a repórter cita uma explicação do historiador econômico Lars Magnusson. **Na alternativa D**, sugere-se que “o empreendimento do governo sueco, nos anos finais da década de 60, de alterar a direção do fluxo do tráfego apresentou dificuldades para ser implementado, mas trouxe benefícios, sendo considerado promissor, porque os protagonistas dessa mudança souberam planejar e convencer a população da importância dela para uma melhora do tráfego no país.”. Esta alternativa está de acordo com o texto. Nela há uma síntese de como foi planejado e desenvolvido o empreendimento sueco de alterar o fluxo do tráfego para a mão direita. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- _____. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Questão: 08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar as proposições relacionadas a forma e a combinação do adjetivo “necessários”, destacado no enunciado. **Alternativa A:** Ela [a palavra] está flexionada no masculino plural (“necessários”), porque vem sucedida pela preposição “para”. Esta justificativa está relacionada ao uso da expressão “é necessário”, portanto, não se aplica a esse caso. **Alternativa B:** Ela [a palavra] deveria estar flexionada no feminino, plural (necessárias), para concordar com o gênero do substantivo mais próximo (“logística”). Esta proposição contraria a regra de concordância entre substantivos que formam uma série com um único adjetivo. De acordo com a regra, o adjetivo pode concordar com os todos os substantivos, sendo flexionado no plural, caso tenha um substantivo masculino, o adjetivo deve ficar no masculino plural. **Alternativa C:** Se ela [a palavra] estivesse flexionada no feminino singular (necessária), a característica expressa seria atribuída apenas ao substantivo mais próximo (“logística”). Esta proposição também contraria a regra de concordância nominal aplicável a este caso, porque, mesmo concordando com o substantivo feminino mais próximo, a característica expressa pelo adjetivo se aplica a todos os substantivos da série. **Alternativa D:** Ela [a palavra] poderia estar flexionada no feminino singular (necessária), concordando com o gênero do substantivo mais próximo (“logística”), mas expressando uma característica para ambos (“planejamento” e “logística”). Esta proposição está correta, já que essa é uma outra forma de fazer a concordância entre uma série de substantivos com um adjetivo, a fim de expressar a característica do adjetivo para todos os substantivos. Sendo assim, apenas o que se afirma na alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas acerca da finalidade da reportagem em questão. **Na alternativa A,** sugere-se que “Essa reportagem foi escrita com a finalidade de relatar um fato novo, a fim de informar as mudanças implementadas no trânsito sueco”. Esta alternativa está incorreta, sobretudo, porque a mudança na direção do fluxo do trânsito na Suécia aconteceu há décadas. **Na alternativa B,** sugere-se que “Essa reportagem foi escrita com a finalidade de ampliar o relato de um fato de conhecimento público, detalhando suas causas, efeitos e impactos.” Esta afirmação está correta e pode ser comprovada tanto pela finalidade do gênero reportagem, quanto pelo próprio desenvolvimento do texto, no qual inicialmente apresenta-se o fato e o contextualiza, detalhando os motivos que levaram o governo sueco a planejar e implementar a mudança na direção da mão de trânsito. Além disso, o texto também expõe os efeitos e os impactos dessa mudança. **Na alternativa C,** sugere-se que “Essa reportagem foi escrita com a finalidade de apresentar o posicionamento do veículo de comunicação acerca de um acontecimento de relevância internacional”. Nota-se, porém, que, no texto, não há uma avaliação crítica explícita da repórter que produziu o texto, sobretudo porque há mais trechos de relato do que trechos argumentativos. As opiniões que aparecem no texto são de envolvidos e estudiosos do fato. Essa finalidade sugerida, portanto, se aplicaria mais ao gênero editorial. **Na alternativa D,** sugere-se que essa reportagem foi escrita com a finalidade narrar linearmente uma história de forma linear, com situação inicial, desenvolvimento de ações, clímax e desfecho. Essa sugestão também não se aplica ao texto em questão, primeiro porque o texto não tem caráter narrativo, depois, a finalidade do texto não é contar a história de vida do engenheiro sueco, mas relatar seu envolvimento no acontecimento é que o tema do texto. Sendo assim, apenas o que está sugerido na alternativa atende ao comando desta questão.

Fontes:

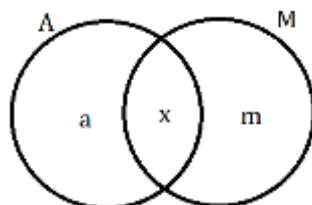
- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.

- _____. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Diagrama de Venn para o problema é:



Sendo “a” o número de motoristas exclusivos para automóveis, “m” os exclusivos para motocicleta e “x” os motoristas que dirigem ambos.

Note que a soma desses números deve ser 96 e que a divisão entre os números contidos em A equivale ao triplo dos números contidos em M. Logo:

$$\begin{cases} a + 12 + x = 96 \\ \frac{a + x}{12 + x} = 3 \end{cases}$$

$$x = \frac{a}{2} - 18$$

$$a + 12 + \frac{a}{2} - 18 = 96$$

$$a = 68$$

$$m = 12$$

$$x = 16$$

Com isso conclui-se que 16 motoristas dirigem ambos os veículos, 68 dirigem apenas automóveis e 12 dirigem apenas motocicletas.

Observe, ainda, que o número de motoristas de automóveis é $68 + 16 = 84$ e que o número de motoristas de motocicletas é 28, sendo que 84 é o triplo de 28.

Portanto, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: Dante, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações: ensino médio** / Luiz Roberto Dante. – 3. ed. -- São Paulo: Ática, 2016.

Questão: 14

Recurso Procedente. Questão anulada.

Pela falta de valores que instituem uma resposta possível, a questão foi anulada.

Fonte: Dante, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações: ensino médio** / Luiz Roberto Dante. – 3. ed. -- São Paulo: Ática, 2016.

Questão: 16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente recurso se torna IMPROCEDENTE, pois a única alternativa INCORRETA é a alternativa D) A nota obtida no Encceja pode ser utilizada para o ingresso nas universidades, sejam elas federais ou particulares. A nota do Encceja é para quem busca a certificação para o ensino fundamental e ensino médio.

“O Encceja é direcionado aos jovens e adultos residentes no Brasil ou no exterior que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos em idade própria e que atendam ao art. 38, §1º e §2º da Lei de Diretrizes e Base (LDB),

a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996: tenham, no mínimo, 15 anos completos na data de realização do Exame, para quem busca a certificação do ensino fundamental; ou tenham, no mínimo, 18 anos completos na data de realização do Exame, para quem busca a certificação do ensino médio para o ingresso na universidades, sejam elas federais ou particulares.”

São formas de ingresso nas universidades:

Exame Nacional do Ensino Médio / Vestibular tradicional / Vestibular agendado/ Avaliação Continuada/ Avaliação seriada.

Fontes:

- <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja>
- <https://www.impacta.edu.br/blog/como-entrar-em-uma-faculdade-conheca-as-7-diferentes-formas/>

Questão: 17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa IV – “Seu cálculo considera os bens e serviços finais; como, por exemplo, no caso do preço do carro não se leva em consideração o ferro utilizado na produção, mas sim o carro em si. Evita-se, assim, que alguns produtos sejam contabilizados duas vezes” cita a composição do ferro em relação ao preço como exemplo, não alterando a lógica da composição do PIB pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, a saber:

“O PIB mede apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão. Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados. O PIB não é o total da riqueza existente em um país. Esse é um equívoco muito comum, pois dá a sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional. Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. Se um país não produzir nada em um ano, o seu PIB será nulo. O cálculo do PIB considera os bens e serviços finais, o que significa que não se leva em consideração o ferro utilizado na produção de um carro, por exemplo, mas sim o carro em si. Isso evita que alguns produtos sejam contabilizados duas vezes.”

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/ PIB.php>

Questão: 19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o canal da Mancha, este considerado o canal marinho mais movimentado do mundo, que liga a cidade de Dover (Inglaterra) e Calais (França) é o local por onde circula a maior parte das embarcações. Portanto a questão está em conformidade com o conteúdo programático pois versa sobre: relações internacionais e economia a nível internacional. No comando da questão, solicita-se que marque a alternativa INCORRETA, sendo o gabarito correto a alternativa A) Historicamente, favoreceu as invasões das tropas de Napoleão a Inglaterra e, ainda, dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Tal alternativa se torna INCORRETA, uma vez que o canal da Mancha serviu de barreira de proteção, beneficiando a Inglaterra contra as invasões das tropas de Napoleão e, ainda, dos Nazistas durante a segunda guerra mundial. A alternativa C) O Eurotúnel foi construído sob as águas do Canal da Mancha. Trata-se de um túnel ferroviário com 50,5 km de extensão construído sob o estreito de Dover, ligando Dover, no Condado de Kent, na Inglaterra, a Calais, norte da França. Tal afirmativa está correta, uma vez que ela não aborda e nem cita datas.

Fontes:

- <https://www.todamateria.com.br/canal-da-mancha/>
- <https://www.hipercultura.com/canal-da-mancha/>

Questão: 24

Recurso Procedente. Questão anulada.

As razões recursais sustentam que a questão possui duas alternativas corretas, o que lhes assiste razão. De acordo com o artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, esta lei poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara, ou do Prefeito. A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, dois terços dos votos dos membros da Câmara e a emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem. Deste modo, restam corretas as alternativas A e B, portanto, a questão foi anulada.

Fonte: Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que existe duas alternativas corretas, sendo as alternativas A e C, contudo, não assiste razão, pois a alternativa A afirma que “*É vedado o fornecimento de informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem da pessoa*”. O artigo 31 da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) deixa claro que existe a possibilidade de divulgação ou acesso por terceiros de tais informações, a saber:

“Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

(...)

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.”

Sendo assim, apenas a alternativa C está correta.

Fonte: Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação)

Questão: 31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal indica ausência de conteúdo programático, apontando que a questão é de raciocínio lógico, contudo, a questão trata dos conteúdos: Modelagem de demanda de transportes urbanos e do Estudo de viabilidade de soluções alternativas de transportes urbanos.

Fonte: PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES: CONCEITOS E MODELOS DE ANÁLISE, Profa Vânia Barcellos Gouvêa campos, em <<http://www.marcusquintella.com.br/sig/lib/uploaded/Planejamento%20de%20Transportes%20-%20V%C3%83%C2%A2nia%20Campos.pdf>>

Questão: 35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em resposta às razões recursais, conforme o CTB a condução do veículo sem o porte desta autorização caracteriza infração de trânsito grave, prevista no artigo 230, inciso XX, sujeita às penalidades de multa e de apreensão do veículo, portanto há um item certo, sendo a alternativa A.

Fontes:

Inciso XX do Art. 230. Conduzir o veículo do CTB indica: sem portar a autorização para condução de escolares, na forma estabelecida no art. 136:Infração – gravíssima; (Redação dada pela Lei nº 13.855, de 2019) (Vigência) Penalidade – multa (cinco vezes); (Redação dada pela Lei nº 13.855, de 2019) (Vigência) Medida administrativa – remoção do veículo; (Incluído pela Lei nº 13.855, de 2019) (Vigência)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm

De forma complementar pode-se verificar os sites:

- <https://www.ctbdigital.com.br/artigo/art230>
- <http://www.escolarweb.com.br/2017/01/03/consideracoes-sobre-os-artigos-136-a-139-do-ctb-que-definem-as-regras-para-o-transporte-escolar/#:~:text=O%20art.,amarela%20com%20o%20dístico%20ESCOLAR.>

Questão: 36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal questiona a extrapolação do conteúdo programático visto que o edital cita: (Resoluções CONTRAN sobre o transporte de passageiros e cargas publicadas e em vigor até a data de publicação do presente Edital) e foi cobrado a resolução do DNIT sobre cargas.

Resta claro que o DNIT faz parte do Sistema Nacional de Trânsito sendo o órgão executivo rodoviário da União e tendo em sua esfera de atuação à infraestrutura do Sistema Federal de Viação, conforme Lei 10.233/2001, destacando como uma de suas atribuições: exercer, diretamente ou mediante convênio, as competências expressas no artigo 21 do Código de Trânsito Brasileiro. Assim, conforme Art. 21, inciso XIV do código de trânsito, o DNIT deve vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos. Portanto, as normas do DNIT constituem material necessário para compreensão das Normas gerais de circulação e conduta o que trata de conteúdo programático previsto no Edital.

Fontes:

- https://www.ctbdigital.com.br/upload/artigos/lcardoso_SNT.pdf
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm

Questão: 37

Recurso Procedente. Questão anulada.

As razões recursais merecem prosperar, pois o item que seria o certo em acordo com o art 254, seria: Infração - leve; com penalidade - multa, em 50% (cinquenta por cento) do valor **DA INFRAÇÃO DE NATUREZA LEVE**, contudo na questão apresenta como resposta o item A) Infração leve e multa em 50% do valor **DA INFRAÇÃO DE NATUREZA MÉDIA**. Portanto com erro na natureza da infração que deveria ser **LEVE** e foi registrada como **MÉDIA**.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal não merece prosperar, a resposta certa é a alternativa B, pois de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, CAPÍTULO X - DOS VEÍCULOS EM CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL, a circulação de veículo no território nacional, independentemente de sua origem, em trânsito entre o Brasil e os países com os quais exista acordo ou tratado internacional, reger-se-á pelas disposições deste Código, pelas convenções e acordos internacionais ratificados.

Registra-se que os veículos licenciados no exterior não poderão sair do território nacional sem o prévio pagamento ou o depósito, judicial ou administrativo, dos valores correspondentes às infrações de trânsito cometidas e ao ressarcimento de danos que tiverem causado ao patrimônio público ou de particulares, independentemente da

fase do processo administrativo ou judicial envolvendo a questão. E se saírem, e forem flagrados tentando ingressar, novamente, ou já em circulação no território nacional serão retidos até a regularização da situação.

“Art. 118. A circulação de veículo no território nacional, independentemente de sua origem, em trânsito entre o Brasil e os países com os quais exista acordo ou tratado internacional, reger-se-á pelas disposições deste Código, pelas convenções e acordos internacionais ratificados.

Art. 119. As repartições aduaneiras e os órgãos de controle de fronteira comunicarão diretamente ao RENAVAL a entrada e saída temporária ou definitiva de veículos.

§ 1º Os veículos licenciados no exterior não poderão sair do território nacional sem o prévio pagamento ou o depósito, judicial ou administrativo, dos valores correspondentes às infrações de trânsito cometidas e ao ressarcimento de danos que tiverem causado ao patrimônio público ou de particulares, independentemente da fase do processo administrativo ou judicial envolvendo a questão. (Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016) (Vigência)

§ 2º Os veículos que saírem do território nacional sem o cumprimento do disposto no § 1º e que posteriormente forem flagrados tentando ingressar ou já em circulação no território nacional serão retidos até a regularização da situação. (Incluído pela Lei nº 13. 281, de 2016) (Vigência)”

Fontes:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm
- <https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2019/10/21123943/CTB-Revis%C3%A3o-Geral-Publicar-ok.pdf>
- <http://atlanticenergias.com.br/saiba-como-e-realizado-o-transporte-de-pas-eolicas/>

Cargo: Assessoria Contábil

Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

Questão: 02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita a identificação da alternativa em que a substituição da palavra/expressão destacada pela sugerida entre parênteses provocara alteração de sentido no trecho do texto em questão. Para concluir qual alternativa atende ao comando desta questão, deve-se, portanto, analisar cada uma delas.

Na alternativa A, o trecho citado é “[...] foi uma das duas pessoas **a bordo** [...]”. Sugere-se a substituição da expressão “a bordo” pelo adjetivo “embarcado”, o que em nada altera o sentido do trecho no contexto em questão, já que ambas significam “que embarcou, seguiu viagem”.

Na alternativa B, o trecho citado é: “A **infraestrutura** é um foco muito importante para tantas pessoas do governo.”. Sugere-se a substituição de “infraestrutura” por “preparação”, o que, de acordo com o contexto, também mantém o sentido do trecho, já que a palavra “infraestrutura” foi usada com sentido de “organização”, “preparação”, “planejamento”, conforme se pode observar neste trecho do penúltimo parágrafo: “Os críticos apontaram que os sistemas de viagens Hyperloop envolveriam a tarefa considerável de obter permissão de planejamento, e, em seguida, construir vastas redes de tubos para cada caminho de viagem.”. Toda essa informação do penúltimo parágrafo é retomada na fala de Luchian, quando ela afirma que muita infraestrutura precisa ser construída, ou seja, há necessidade de muita “preparação” para dar andamento no projeto do “transporte do futuro”, portanto, essa substituição também não prejudica o sentido do trecho do texto em questão.

Na alternativa C, o trecho citado é: “[...] descreveu a **experiência** à BBC como ‘estimulante psicológica e fisicamente’ [...]”. Sugere-se a substituição pelo adjetivo “vivência”, o que também não prejudica o sentido do trecho, já que a palavra “experiência” foi usada para se referir a “prática”, a “vivência” de estar dentro de um veículo de teste de “transporte futurista”.

Por fim, na alternativa D, cita-se: “[...] incluindo uma conexão **hipotética** de 12 minutos entre Dubai e Abu Dhabi [...]”. Sugere-se a substituição da palavra “hipotética” pelo adjetivo “improvável”, o que altera o sentido do trecho

em questão, já que algo hipotético, de acordo com o Dicionário Oxford, é algo que contém hipótese, ou seja, está baseado em uma conjectura, numa suposição. Esse sentido não é o mesmo do adjetivo “improvável”, o qual, de acordo com o mesmo dicionário, significa algo que não tem probabilidade de ocorrer. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- _____. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Questão: 04

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa B.

O comando desta questão solicita a identificação da alternativa em que o trecho do enunciado esteja reescrito mantendo o sentido do trecho no contexto e eliminando repetições.

Na alternativa A, sugere-se: “Eles não se sentiu mal, acrescentou. Ela disse que a velocidade deles foi prejudicada pelo cumprimento da pista e pela aceleração necessária.”. Nota-se nesta reescrita que para evitar a repetição do pronome “deles”, foi feita uma alteração do sujeito no primeiro período do trecho. Além disso, o pronome “ela”, que também se repetia, foi substituído por uma elipse também no primeiro período, mas há um desvio de concordância verbal na oração que compõe esse período (Eles não se sentiu).

Na alternativa B, sugere-se: “Eles não se sentiram mal, acrescentou. Ela disse ainda que a velocidade deles foi prejudicada pelo cumprimento da pista e pela aceleração necessária”. Nota-se nessa reescrita que para evitar a repetição do pronome “deles”, foi feita uma alteração do sujeito no primeiro período do trecho (de “nenhum deles” para “eles”). Além disso, o pronome “ela”, que também se repetia, foi substituído por uma elipse também no primeiro período. Os demais aspectos foram preservados (a concordância do sujeito do primeiro período com o verbo e a inclusão do adverbio “ainda”, com a função de explicitar a progressão das informações), portanto, esta alternativa atende ao comando da questão.

Na alternativa C, sugere-se: “Nenhum deles se sentiu mal, ela acrescentou. Disse que a velocidade deles foram prejudicadas pelo cumprimento da pista e pela aceleração necessária.”. Nota-se que nessa reescrita há um desvio de concordância verbo-nominal no segundo período do trecho (a velocidade deles foram prejudicadas), além disso, não houve alterações com o objetivo de eliminar as repetições.

Na alternativa D, sugere-se: “Nenhum deles se sentiu mal, acrescentaram. Luchian disse também que a velocidade deles foi prejudicada pelo comprimento da pista e pela aceleração necessária.”. Nota-se nessa reescrita que a pessoa do verbo “acrescentar” foi alterada para o plural, o que modifica o sentido do trecho no contexto em que está inserido.

Sendo assim, apenas a alternativa B atende ao comando desta questão e, portanto, o gabarito preliminar foi alterado.

Fontes:

- ANTUNES. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH; ELIAS. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar o trecho do texto destacado no enunciado: “Luchian disse que a viagem foi tranquila e ‘nada parecida com uma montanha russa’ [...]”. Nele, há uma descrição da viagem por uma das participantes do evento. De acordo com ela, a viagem não foi parecida com uma viagem de montanha russa, ou seja, Luchian compara a viagem no transporte do futuro a viagens em montanha russa para

apontar uma oposição. Como há no trecho a presença do elemento “parecida”, no caso “nada parecida”, denomina-se comparação esta figura de linguagem. As demais figuras sugeridas nas alternativas A, B e D correspondem, respectivamente, de acordo com alguns teóricos da linguagem, como Fiorin: 1. Metáfora: comparação subentendida; 2. Catacrese: empréstimo de uma palavra para determinar algum objeto que não tenha um substantivo preciso que a ele se refira; 3. Prosopopeia: consiste em atribuir características animadas a seres inanimados. Sendo assim, apenas a alternativa C atende ao comando desta questão.

Fontes:

- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

Questão: 19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta CORRETA é a letra D. Para receber o abono de 600 reais do Governo, em meio a esta crise expressiva, é preciso que alguns requisitos sejam preenchidos. Estes requisitos levam em consideração condições importantes, que enquadram o grupo de pessoas que estejam necessitando de um “respiro” a mais em meio as perdas financeiras e faturamento que possam ter se desencadeado através da pandemia atual. Requisitos para receber o abono de 600 reais:

- É necessário que o cidadão seja maior de 18 anos;
- O cidadão não pode ter um emprego formal;
- Não pode estar recebendo seguro-desemprego, benefício assistencial ou previdenciário, além de outro programa de transferência de renda federal, exceto no caso do Bolsa Família;
- A renda per capita (por pessoa) deve ser de até meio salário mínimo, ou então, a renda familiar deve ser de, no máximo, três salários mínimos;
- Não pode ter recebido rendimentos que fossem tributáveis, no ano de 2018, que fosse acima de R\$ 28.559,70.

Condições que o candidato deverá estar alinhado:

- Exercer atividade na condição de MEI (Microempreendedor Individual);
- Ser contribuinte facultativo ou individual do RGPS;
- Ser trabalhador informal inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), ou então ter cumprido o requisito de renda média até 20 de março de 2020.

Sendo assim, se você está enquadrado dentro das condições e requisitos que apresentamos logo acima, consequentemente terá o direito de receber o abono de 600 reais do Governo. O pagamento do auxílio emergencial será feito pelos bancos públicos federais, através da criação de uma conta do tipo poupança social digital. A criação da conta acontecerá automaticamente em nome de todos os beneficiários que estiverem dentro das condições que destacamos acima. Vale destacarmos ainda que não haverá a necessidade de apresentar documentos e ainda terá a disponibilidade de isenção de tarifa de manutenção da conta. Nesta conta será possível fazer uma transferência eletrônica sem custos por mês, para qualquer outra conta em qualquer instituição financeira, desde que a mesma seja autorizada a funcionar pelo Banco Central. Além disso, a conta pode ser a mesma que já é utilizada para receber benefícios de programas sociais governamentais. Em contrapartida, não é permitido a emissão do cartão físico, ordens de pagamento ou cheques para a movimentação. É importante que a pessoa cumpra todos as condições estipuladas pois, caso contrário, poderá perder o direito de receber o auxílio.

Fontes:

- <https://liberal.com.br/brasil-e-mundo/economia/governo-publica-lei-que-garante-auxilio-emergencial-de-r-600-a-informais-1176076/>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm
- <https://www.infomoney.com.br/politica/lei-para-a-ajuda-de-r-600-aos-informais-e-publicada-pelo-governo/>

Questão: 30

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa D.

A razão recursal sustenta que a questão nº 30 apresentou equívoco no gabarito oficial preliminar, no que lhe assiste plena razão. As Autarquias, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas do ordenamento jurídico brasileiro, acompanhada da doutrina e jurisprudência uníssonas, é entidade, dotada de personalidade jurídica própria e, portanto, integrante da Administração Pública Indireta. Recurso procedente para retificação da divulgação do gabarito oficial preliminar. O gabarito correto é “D – Entidade da administração indireta”.

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal

Cargo: Assessoria de Controle Interno

Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “*Respeitando-se a correção gramatical e semântica, assinale a reescrita possível para o trecho: “Há, em geral, certo distanciamento entre o que se declara e o que se faz na realidade das ruas”*”, a reescrita deve respeitar dois tipos de correção: gramatical e semântica. Assim em: “A) “*Existe, em geral, grandes distâncias entre o que se declara e o que se faz na realidade das ruas.*”” pode-se observar que não há correção gramatical já que a forma verbal “existe” não está em concordância com “grandes distâncias” o que resulta em erro. A alternativa “C) “*O que é declarado e o que se faz nas ruas são fatos cuja as distâncias, em geral, podem ser percebidos.*”” também não pode ser considerada correta, pois, embora comum, é errado usar artigos definidos depois do pronome “cuja” (e variações). Os artigos devem ser unidos ao “cujo”: cujo + o = cujo / cujo + a = cuja / cujo + os = cujos / cujo + as = cujas. A alternativa “D) “*Contudo, é possível que haja distanciamento entre o que se declara e o que se faz na realidade das ruas.*”” também não pode ser considerada correta, pois, o termo “contudo” trata-se de uma conjunção adversativa designando adversão, oposição, restrição; mas, porém, entretanto, no entanto, todavia; sentido que não há no trecho original, prejudicando assim a correção semântica.

Fonte: SACONNI, Luiz Antônio. Nossa Gramática Teoria e Prática.

Questão: 07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “B) “*Maior escolaridade pode refletir positivamente no trânsito, segundo pesquisa*” / ruminar” não pode ser indicada como correta, pois, os vocábulo “refletir” e “ruminar” não estabelecem uma correspondência correta de acordo com o significado atribuído no contexto apresentado. Refletir: Ter efeitos sobre; incidir: a crítica refletiu em todo o governo; o fracasso refletia-se nos números. Ruminar: 1. entre os ruminantes, regurgitar e novamente remastigar (alimento). “o camelo ruma o alimento”

2. FIGURADO (SENTIDO)•FIGURADAMENTE cogitar profundamente (em); meditar, refletir. “r. um projeto”

Fonte: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“O professor observa uma carência de educação para o trânsito. “Apesar de estar prevista no Código de Trânsito Brasileiro, a educação para o trânsito não é implementada nas escolas de ensino fundamental. Esta seria uma disciplina de grande importância, gerando impacto a médio e longo prazos, tanto para crianças quanto para adolescentes, que ao se tornarem condutores, teriam passado por esta formação, que é um processo”, ressalta. Além disso, Bastos cita outros dois processos que se somam à educação para o trânsito: melhoria na formação de condutores e realização de campanhas de conscientização mais frequentes, com monitoramento dos seus efeitos, para que tenham resultados além do curto prazo.

“Todos esses processos teriam como impacto a formação de uma cultura de segurança viária”, afirma. Para o especialista em trânsito e diretor da Perkins, Luiz Gustavo Campos, educar, conscientizar para os riscos e para a

mobilidade segura é fundamental. “A educação está diretamente atrelada à segurança no trânsito e, independente do grau de instrução, o condutor precisa estar consciente de que respeitando as regras de trânsito, conhecendo seus direitos e deveres e pensando coletivamente estará contribuindo para uma sociedade mais gentil e cidadã”, conclui.”

A alternativa “D) Soluções definitivas para o mesmo problema.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “soluções definitivas” apresenta um caráter bastante genérico e taxativo o que compromete a correção da alternativa em análise.

Fonte: Platão e Fiorin - Para entender o texto: Leitura e redação.

Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que não há uma resposta correta. A questão pede ao candidato que marque a opção INCORRETA, ao trazer no comando: Sobre Clarice Lispector é correto afirmar, **EXCETO**:

A opção B, afirma que Clarice Lispector “**Nunca** se envolveu em questões políticas; sempre muito intimista, Clarice Lispector tratou das angústias da alma se limitando a aspectos psicológicos de seus personagens sem contextualizá-los socialmente.” No entanto, como o próprio recurso atesta, Clarice Lispector se envolveu sim, em questões políticas, provando que a opção B está incorreta e deveria ser marcada como exceção às demais que são afirmativas corretas.

O engajamento político tornou-se pauta na vida da autora em 1968, após se manifestar sobre a morte do estudante secundarista Edson Luís durante uma manifestação. No dia 2 de junho, juntou-se a outros 300 intelectuais para cobrar uma postura democrática do governo do Rio de Janeiro. E, mais tarde, em 26 de junho, juntou-se a outros intelectuais e artistas na linha de frente na Passeata dos Cem Mil contra a ditadura militar.

Fonte: ALBUQUERQUE, LETÍCIA. Decifre Clarice Lispector: vida e obra da escritora: Saiba a história da autora enigmática que completaria 100 anos em 2020. *In: E Guia do Estudante*. São Paulo, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/decifre-clarice-lispector-vida-obras/>. Acesso em: 8 out. 2020.

Questão: 22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, apenas as afirmativas I (art. 2º caput) e IV (art. 48, caput) estão corretas. A afirmativa III é falsa, pois o Município tem como **objetivos fundamentais** “*promover o desenvolvimento econômico e social reduzindo as desigualdades regionais e sociais, as diferenças de renda, erradicação da pobreza e da marginalização*”, conforme art. 3º e seus incisos, sendo certo que a afirmativa solicita a indicação de fundamento, estes expostos no art. 1º da Lei:

Art. 1º. O Município de Ji-Paraná, em união indissolúvel ao Estado de Rondônia e à República Federativa do Brasil, constituído em esfera de Governo local, sob o Estado democrático de direito, tem como fundamentos: I – autonomia política-econômica-administrativa; II – a cidadania; III – a dignidade de pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.

Fonte: Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o conhecimento sobre o regime especial e o regime geral da previdência social, sendo explorado o teor do art. 40 da CF/88. Portanto, ao confrontar o referido artigo com as alternativas, a única que se encontra em desconformidade com os termos da Lei Maior é a alternativa “D”, todas as demais reproduzem o exato teor da norma constitucional ou a interpretação do dispositivo. Logo, não prospera o recurso no sentido de que há mais de uma alternativa que responde a questão.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão busca avaliar o conhecimento do candidato no que tange ao processo e a estrutura do Controle Interno no enfrentamento ao risco e na busca da razoável segurança. Para tanto, solicita que sejam observadas as alternativas que apresentam os objetivos a serem alcançados e seja marcada a alternativa incorreta.

A questão foi elaborada de acordo com publicação do próprio Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a qual versa sobre abordagem prática da implementação e operacionalização do Sistema de Controle Interno, conforme transcrito a seguir:

Conforme as Diretrizes para as Normas de Controle Interno do Setor Público editadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) temos que: “Controle interno é um processo integrado efetuado pela direção e corpo de funcionários, e é estruturado para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança de que na consecução da missão da entidade os seguintes objetivos gerais serão alcançados:

- execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações;*
- cumprimento das obrigações de accountability;*
- cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis;*
- salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e dano.”*

Fonte: Reis, Marc Uiliam Erreira. Painel de Controle: uma abordagem prática acerca da implementação e operacionalização do sistema de controle interno / Marc uiliam Ereira Reis. – Porto Velho: TCE-RO, 2017. 87 P. Conteúdo da questão encontra-se na página 13 da bibliografia referenciada.

Questão: 31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão encontra-se devidamente amparada no conteúdo exigido e previamente previsto em edital, conforme transcrição a seguir:

“Análise de Processos de Execução da Despesa Pública Orçamentária: abordagem, teórico-prática acerca do modo de averiguação por parte do controle interno municipal. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais.”

As alternativas da questão se basearam na legislação pertinente, conforme disposto a seguir:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Fonte: Lei nº 8666/1993

Questão: 35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão encontra-se devidamente amparada no conteúdo a ser exigido e previamente previsto em edital, conforme transcrição a seguir: *“O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Instruções Normativas do TCE Rondônia.”*

A questão foi elaborada tendo por base publicação do TCE-RO e em Instrução Normativa do próprio TCE-RO, ainda em vigor, conforme previsto em edital.

Consulta direta ao site do TCE-RO:

O Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública – SIGAP do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia é um sistema de tecnologia própria e constitui uma importante ferramenta para fiscalização, controle e recebimento dos dados e informações relativos às operações administrativas, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e fiscais dos órgãos jurisdicionados ao TCE-RO.

Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública – SIGAP -Trata-se de um sistema que coleta informações necessárias ao exercício do controle externo na área municipal e estadual, a fim de subsidiar a análise das contas anuais dos órgãos jurisdicionados ao TCE-RO e um instrumento de planejamento para a realização de auditorias e inspeções, além de contribuir em eficiente mecanismo auxiliar a instrumentalização do exercício do controle social.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 019/TCE-RO-2006

“Dispõe sobre a remessa, através de meio informatizado, de dados e informações relativas às operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Administração Direta e Indireta dos Municípios.” O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública, doravante denominado de SIGAP, configura instrumento de exercício do controle externo da administração pública municipal, à luz das competências e atribuições estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, constituindo-se em sistema de banco de dados que abrange informações contábeis, patrimoniais, administrativas e gerenciais das entidades públicas e respectivos controles internos.

Art. 2º - Os dados obtidos através do SIGAP comporão a Prestação de Contas Anual do exercício financeiro correspondente, servindo de fonte para a elaboração de planos de trabalho e execução de programas de auditorias, inspeções e exames de denúncias, entre outras aplicações de controle.

Fontes:

- Consulta direta ao site do TCE-RO: <https://tcero.tc.br>
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 019/TCE-RO-2006

Questão: 37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão encontra-se devidamente amparada no conteúdo a ser exigido e previamente previsto em edital, conforme transcrição a seguir:

“O Controle na Administração Pública. Conceitos relativos aos Sistemas de Controle Interno. Sistema de Controle Interno Municipal: importância, responsabilidade e fundamentação legal. Implantação do Sistema de Controle Interno: criação e atribuições. Estruturação do Sistema de Controle Interno. Formas de atuação do Controle Interno. Atuação do controle interno.”

A questão foi elaborada com transcrição literal de publicação do TCE-RO., conforme referência bibliográfica a seguir:

- Reis, Marc Uiliam Erreira. Painel de Controle: uma abordagem prática acerca da implementação e operacionalização do sistema de controle interno / Marc uiliam Ereira Reis. – Porto Velho: TCE-RO, 2017. 87 P.

Neste manual abordou-se apenas os 5 (cinco) componentes contidos no modelo COSO I, mas sabendo que estes componentes foram expandidos para o número de 8 (oito) no modelo COSO II. São eles: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

O **AMBIENTE DE CONTROLE** é a base de todo o sistema de controle interno. Ele fornece o conjunto de regras e estrutura, além de criar um clima que influi na qualidade do controle interno em seu conjunto. O ambiente de controle exerce uma influência geral na forma pela qual se estabelecem as estratégias e os objetivos, e na maneira pela qual os procedimentos de controle são estruturados.

Tendo sido estabelecidos objetivos claros e um ambiente de controle eficaz, uma **AValiação dos Riscos** a serem enfrentados pela entidade no alcance de sua missão e de seus objetivos determina a base para o desenvolvimento da resposta apropriada ao risco.

Os **PROCEDIMENTOS DE CONTROLE** e as ações corretivas devem promover a otimização dos recursos. Seu custo não deve exceder o benefício que delas resulte (custo-eficácia).

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO eficazes são vitais para que uma entidade conduza e controle suas operações. A gerência de uma entidade necessita de comunicação relevante, confiável, correta e oportuna, relacionada tanto aos eventos internos quanto aos eventos externos. Ademais, a informação é necessária a toda a entidade para que ela alcance seus objetivos.

Finalmente, uma vez que o controle interno é uma atividade dinâmica que deve ser aperfeiçoada continuamente, em função das mudanças e dos riscos que a entidade enfrenta, o **MONITORAMENTO** do sistema de controle interno é necessário, de modo a assegurar que o controle interno esteja em sintonia com os objetivos, o ambiente, os recursos e os riscos.

Fonte: Reis, Marc Uiliam Erreira. Painel de Controle: uma abordagem prática acerca da implementação e operacionalização do sistema de controle interno / Marc uiliam Ereira Reis. – Porto Velho: TCE-RO, 2017. 87 P.

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão encontra-se devidamente amparada no conteúdo a ser exigido e previamente previsto em edital, conforme transcrição a seguir:

“O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Instruções Normativas do TCE Rondônia.”

A questão foi elaborada com transcrição literal de publicação do TCE-RO., conforme referência bibliográfica a seguir:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 019/TCE-RO-2006

“Dispõe sobre a remessa, através de meio informatizado, de dados e informações relativas às operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Administração Direta e Indireta dos Municípios.” O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública, doravante denominado de SIGAP, configura instrumento de exercício do controle externo da administração pública municipal, à luz das competências e atribuições estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, constituindo-se em sistema de banco de dados que abrange informações contábeis, patrimoniais, administrativas e gerenciais das entidades públicas e respectivos controles internos.

Art. 2º - Os dados obtidos através do SIGAP comporão a Prestação de Contas Anual do exercício financeiro correspondente, servindo de fonte para a elaboração de planos de trabalho e execução de programas de auditorias, inspeções e exames de denúncias, entre outras aplicações de controle.

Art. 3º - O SIGAP, aplica-se aos Poderes Executivo, Legislativo e respectivas entidades da Administração Indireta Municipal, incluídas as Fundações de Direito Público e as Autarquias.

[...]

Art. 6º - Para implementar os procedimentos contábeis uniformes, pressuposto do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública – SIGAP, os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta dos Municípios deverão adotar plano de contas único.

[...]

Art. 17 - A exatidão dos dados enviados através do sistema SIGAP é de estrita responsabilidade dos representantes legais e técnicos das entidades municipais, a quem compete garantir a fidelidade dos mesmos aos registros contábeis, bem como aos demais sistemas de controle interno.

Fonte: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 019/TCE-RO-2006

Cargo: Auxiliar Administrativo

Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “néscia” significa: estúpida; ignorante; idiota; imbecil; inepta; palerma; parva. As demais palavras apresentadas para análise são contrárias ao contexto, comprometendo, assim, o sentido textual.

Fontes:

- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed., 2001.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

Em determinados momentos, ao se trabalhar com o Microsoft Excel 2016, pode ser necessário ocultar a Faixa de Opções, para que se tenha um espaço maior de trabalho para a planilha, desta forma, para se trabalhar com o aplicativo esta funcionalidade deve ser conhecida.

Pressione Ctrl+F1 para ocultar e reexibir a Faixa de Opções, no Excel 2016.

Fonte: FRYE, C. – Microsoft Excel 2016: passo a passo – Porto Alegre: Bookman, 2016. Pág.: 34.

Questão: 30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

A Faixa de Opções do Microsoft Word 2010 possui três componentes básicos, que são: Guia, Grupos e Comandos. Os menus fizeram parte do Microsoft Word, até a versão anterior a 2003, onde se tinha a Barra de Menus, que foi substituída pela Faixa de Opções, sendo esta denominação utilizada até na versão atual.

Fonte: DA SILVA, M. G. – Informática – Terminologia: Microsoft Windows 7, Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010, Microsoft Office Access 2010. 2ª ed. São Paulo: Érica, 2011. – Pág.: 114 e 115.

Cargo: Eletrotécnico

Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

Questão: 14

Recurso Procedente. Questão anulada.

Pela falta de valores que instituem uma resposta possível, a questão foi anulada.

Fonte: Dante, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações: ensino médio** / Luiz Roberto Dante. – 3. ed. -- São Paulo: Ática, 2016.

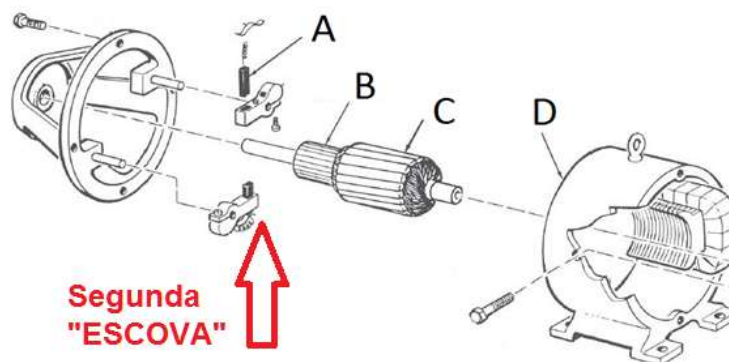
Questão: 24**Recurso Procedente. Questão anulada.**

As razões recursais sustentam que a questão possui duas alternativas corretas, o que lhes assiste razão. De acordo com o artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, esta lei poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara, ou do Prefeito. A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, dois terços dos votos dos membros da Câmara e a emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem. Deste modo, restam corretas as alternativas A e B, portanto, a questão foi anulada.

Fonte: Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO

Questão: 31**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O desenho é uma “vista explodida” da máquina elétrica em questão, onde os elementos estão bem destacados e numerados. Além disso, a escova é uma peça muito típica e fundamental nestas máquinas, que pode ser identificada até mesmo pela sua estrutura de fixação e conexão. Observando a posição onde está instalada, reforça sua identificação, pois é peça chave da conexão elétrica entre a parte fixa e a girante dos motores e geradores, sendo um conhecimento básico para um profissional deste ramo. Quanto ao argumento dos motores possuírem um par de escovas, a segunda está desenhada em sua posição correta na figura, ou seja, abaixo da indicada, o que reforça que se trata de uma ESCOVA.



Além deste ponto, analisando as demais letras e identificando o nome de cada peça, é uma forma alternativa de análise que auxilia na identificação da opção correta, eliminando possíveis dúvidas.

Fonte: Apostila: Geradores e Motores CC (Máquinas De Corrente Contínua). Cefetrn - Centro Federal de Educação Tecnológica do RN Uned - Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró Gerência Educacional da Gestão Tecnológica. Outubro de 2006. Pág. 7

Cargo: Motorista

Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

Questão: 22**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O formato da questão perguntava quais dos requisitos apresentados estavam corretos. Os requisitos apresentados foram:

- I. Ser maior de 21 anos. (Correto)
- II. Possuir Carteira Nacional de Habilitação de categoria C ou superior. (Incorreto)
- III. Descansar 30 minutos a cada 8 horas na condução do veículo. (Incorreto)

Logo, apenas o requisito apresentado em I está correto, conforme gabarito preliminar.

Fonte: Código de Trânsito Brasileiro.

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão descreve uma situação em que o freio de um carro apresenta problemas, descrevendo os “sintomas” do dispositivo [freio]. É informado que o freio funciona, mas apenas com o “pedal baixo”, sendo que **NÃO está fazendo barulho**, o que elimina a possibilidade de desgaste da pastilha de freio (pois neste caso haveria a descrição de atrito metal contra metal); restando apenas a possibilidade do baixo nível de fluido entre as alternativas. Note que o enunciado pede “UM POSSÍVEL PROBLEMA”. Dessa forma, o candidato deverá assinalar a alternativa que melhor se enquadra ao caso descrito.

Mantém-se o gabarito preliminar.

**III
DAS CONCLUSÕES**

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

07 de janeiro de 2021.

INSTITUTO CONSULPLAN